A DESINFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE MANIPULAÇÃO
E ABUSO DE PODER NO DISCURSO POLÍTICO

Sandra Gomes Rasquel¹

RESUMO: O presente artigo busca mostrar, através da análise crítica do discurso de propagandas do governo sobre a reforma da Previdência, como o abuso de poder pode estar presente no discurso político, no qual a manipulação, via desinformação, age em função desse abuso. Busca mostrar ainda, que o discurso político utiliza-se de recursos linguísticos e estratégias argumentativas de convencimento, com apelo cognitivo e emocional, que estando pautados em dados deturpados, funcionam como objetos de manipulação e controle da opinião pública. Portanto, sem a consideração do contexto e de uma postura crítica e reflexiva, o destinatário pode ser ludibriado, aceitando a prática política discursiva, carregada de abuso de poder camuflado, como uma verdade incontestável.

Palavras-chave: Reforma da Previdência. Poder no Discurso. Discurso Político.

ABSTRACT: The present article seeks to show, through a critical analysis of the Government's discourse on Social Security Reform, how the abuse of power can be present in political discourse, in which manipulation, through, disinformation act due to this abuse. It also seeks to show that political discourse uses linguistic resources and argumentative strategies of convincing, with cognitive and emotional appeal, which are based on misrepresented data, function as objects of manipulation and control of public opinion. Therefore, without consideration of context and a critical and reflexive posture, the addressee can be deceived, accepting discursive political practice, laden with abuse of concealed power, as an undeniable truth.

Keywords: Social Security Reform. Power in the Discourse. Political Discourse.

Introdução

O presente artigo busca mostrar, através da análise crítica de três propagandas do governo sobre a reforma da Previdência, como o

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP); Graduada em Letras; Graduada em Psicologia; atua na Linha de Pesquisa: Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português; sangr2012@yahoo.com.br

abuso de poder pode estar presente no discurso político, sendo a desinformação exemplo desse abuso. Busca mostrar ainda que o discurso político utiliza-se de recursos linguísticos e estratégias argumentativas de convencimento, com apelo cognitivo e emocional, que estando pautados em dados deturpados, funcionam como objetos de controle da opinião pública.

O objeto de análise deste trabalho serão os textos de três propagandas sobre a reforma da Previdência, publicados no site do Governo Federal, de acesso livre. Com base na teoria da Análise Crítica do Discurso (ACD) será feita a análise crítica das referidas propagandas, trazendo-se dados do Contexto, a fim de se verificar como o abuso de poder pode estar presente no discurso político, dos quais figuram a manipulação e a desinformação.

O conceito de Política e a Desinformação no discurso político

O discurso político faz parte do tipo textual argumentativo e comporta predominantemente aspectos persuasivos e de convencimento, no qual circula o poder e o abuso do poder, sendo a manipulação e a desinformação formas desse tipo de abuso.

A política pertence a um dos domínios sociais em que suas práticas envolvem o discurso de forma prioritária, nos quais as ideologias políticas são reproduzidas. Na ciência política contemporânea, o termo ideologia não carrega o sentido “negativo”, de “falsa consciência” que se tinha antigamente. Ela é usada com uma noção mais neutra e descritiva, referindo-se a um sistema de crenças e ideias. No entanto, as ideologias políticas podem funcionar como abuso de poder, principalmente quando a classe trabalhadora, exposta a esses discursos, é influenciada pelas ideologias dos que controlam os meios de comunicação, sem apresentarem nenhuma atitude proativa, deixando-se se-

rem mais facilmente controlados e aceitando essas “ideologias dominantes como natural ou de senso comum” (VAN DIJK, 2005, p.728-729).

Chauí (2000, p.474-475) mostra que o conceito de Política é usado em mais de um sentido, que diferem entre si e são paradoxais. Tal conceito é usado tanto para designar ações específicas do governo, realizadas especificamente pelo Político, considerado como um profissional especialista no assunto, como para representar uma ação coletiva da sociedade para reivindicar algo ao Poder Público e ao Estado. Outro sentido usado refere-se ao “modo de organização e divisão de poderes relativos aos investimentos e aos lucros de uma empresa, à distribuição dos serviços, à divisão do trabalho (...)”.

Tem-se, assim, o uso generalizado do termo Política, no qual se faz referência à “modalidade de direções de grupos sociais que envolva poder, administração e organização” (CHAUÍ, 2000, p.475).

A autora apresenta o uso de termo em três sentidos mais específicos e que, embora interrelacionados, são paradoxais: 1. A Política entendida como “direção e administração do poder público, sob a forma do Estado”; 2. Compreendida como uma atividade feita pelos profissionais políticos pertencentes a uma “organização sociopolítica – os partidos”; 3. Vista em sentido pejorativo e assim, como na segunda definição, tida como distante da sociedade, feita pelos políticos em favor de seus interesses em detrimento do interesse da sociedade (CHAUÍ, 2000, p. 475-476).

Chauí (2000, p.476) esclarece tal paradoxo:

(...) o primeiro se refere a algo geral, que concerne à sociedade como um todo, definindo leis e costumes, garantindo direitos e obrigações, criando espaço para contestações através da reivindicação, da resistência e da desobediência, enquanto o terceiro sentido afasta a política de nosso alcance, fazendo-se surgir como algo perverso e

maléfico para a sociedade. A divergência entre o primeiro e o terceiro é provocada pelo segundesignificado, isto é, aquele que reduz a política à ação de especialistas e profissionais.

Para Fiorin (2013, p.23-24), a Política, no sentido básico do termo, diz respeito ao poder governamental, abarcando a obtenção, o exercício e a conservação do poder. Em sentido amplo, refere-se “aos poderes”, já que o poder é exercido por muitos, incluindo todas as relações de poder que se estabelecem no cotidiano.

Barros (2013, p.72) estabelece que o “sujeito político” ocupa um cargo específico na esfera política, como: candidato, parlamentar, governante, membro de partido ou qualquer cargo público político, assumindo em relação à sociedade um “fazer persuasivo”. Para a autora, o discurso político tem como característica marcante ser um discurso de poder, no qual esse “sujeito político” busca o poder como valor, conservação, reconhecimento e reforço.

Para a autora, o sujeito político assume o papel do “sujeito do saber e da verdade”, já que se coloca como alguém que “sabe” sobre a sociedade, sobre a realidade e os acontecimentos. O político precisa passar credibilidade e busca em seu discurso fazer com que o outro cumpra suas expectativas, e assim ocorre ao receber seu voto, seu apoio e no aceite de suas ideias e projetos (BARROS, 2013, p.73).

Diz Barros (2013, p.74): “como sujeito do poder, manipula por tentação, oferecendo ganhos, vantagens, cargos e/ou intimidação, ameaçando com a perda de valores”. Aqui tem-se o discurso da “verdade” e da “persuasão”, no qual permeiam a manipulação e o abuso de poder. Na relação entre o sujeito político e o destinatário há um “jogo interacional de posições e atribuições de poder”, sendo o político alguém que também sofrerá as pressões da opinião pública, da mídia e de seus opositores.

A persuasão é uma marca forte no discurso político. No sentido estritamente da política como “profissão”, tal discurso elabora três movimentos estratégicos, a saber: Divulgação ao público; Adesão – o alvo da divulgação é conseguir aderência às ideias e mensagens enunciadas, garantindo ampliar as bases de apoio, o convencimento e a persuasão; Justificativas / Explicações – é importante dirigir-se frequentemente ao público para explicar e justificar suas ações, garantindo, assim, a manutenção da confiança (CITELLI, 2004, p.86).

Citelli (2004, p.88) discute outros atributos do discurso político, dentre eles: Atribuição de Propriedades - “o discurso político se atribui condições irreduzíveis” em atos exclusivos do governo, como a ideia de ser o único a poder “salvar a Sociedade”; Caráter dos Enunciados – qualificação de atributos positivos de quem fala, como: “competência, seriedade, visão de futuro, preocupação com o social” e Tom Apelativo – Os argumentos perpassam o racional e o emocional, assim, “expressões com carga afetiva” são ditas para possibilitar a “cumplicidade” entre o enunciador e o destinatário (CITELLI, 2004, p.90).

De acordo com Van Dijk (2005, p. 731 – 732), o campo da política engloba: sistemas gerais, como a democracia; ações macrosociais – governo, legislação e tomadas de decisões; micropráticas – discursos, debates e interações; relações sociais especiais, como as das instituições de poder; normas, valores e ideologias políticas. Nesse campo estão grupos opostos que lutam pelo poder e por seus interesses particulares, sendo o fenômeno político profundamente ideológico.

Verifica-se que o conceito de Política é entendido de forma mais ampla do que se costuma usar no senso comum. No entanto, para atender aos objetivos deste trabalho, o uso desse termo será focado nas questões e relações que envolvem o poder do governo, as

ações do Estado e os discursos dos profissionais políticos, bem como suas ações e práticas discursivas.

A ação discursiva é um dos meios pelos quais se exerce o abuso de poder, incluindo as que circulam na mídia, denotando a influência das estruturas sociais, de que são parte o discurso. Tal controle permeia não só o discurso como prática social, mas atinge as opiniões, as atitudes, as ideologias e o conhecimento do grupo controlado, logo há o controle da ação, que, assim como o controle da mente, ocorre de forma indireta, como consequência do discurso proferido, pelo qual se veicula o abuso do poder que, frequentemente, aparece de forma velada. Esse abuso só se manifesta na língua que possibilita a variação ou as escolhas que recebem a influência da posição ideológica de quem fala.

De acordo com Van Dijk (2008, p.09), o Estudo Crítico do Discurso (ECD) tem como foco de atenção e objeto de estudo “a reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social” e as relações que se estabelecem entre a estrutura social e a discursiva, bem como a influência que a primeira exerce sobre esta última.

Van Dijk (2008) explica ainda que o discurso ideológico de um grupo costuma enfatizar seus pontos positivos em detrimento do ponto de vista de outros grupos. Na publicação de notícias, por exemplo, os autores fazem isso mediante os recursos disponíveis, como: escolhas lexicais específicas, imagens, tipo e tamanho da fonte, uso de metáforas e argumentos dos mais diversos.

Assim, a análise das “estruturas discursivas polarizadas, desempenham um papel crucial na expressão, na aquisição, na confirmação, e portanto, na reprodução da desigualdade social”. Nesse cenário, a relação que se estabelece não é simplesmente de causa e efeito, mas envolve os “modelos mentais ou outras representações cognitivas dos participantes”, num processo cognitivo complexo (VAN

DIJK, 2008, p.14).

O discurso é analisado enquanto “uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”. Para tanto, o autor ressalta a importância de se analisar outros dados relevantes dos “eventos comunicativos”, incluindo a situação temporal, espacial, além dos participantes envolvidos e seus papéis sociais (VAN DIJK, 2008, p.12).

O abuso do poder, para Van Dijk (2008), surge quando as ações de controle de um grupo sobre outros beneficiam o interesse daqueles que exercem o poder, geralmente sendo contrário aos interesses do grupo dominado. Um dos aspectos controlados, para que se consiga exercer o poder, é o contexto.

O controle do discurso em um evento comunicativo é uma forma de poder, no qual “as elites ou organizações poderosas podem decidir quem pode participar em algum evento comunicativo, quando, onde e com que propósitos” (VAN DIJK, 2008, p.19). O acesso ativo e privilegiado à mídia e aos meios de comunicação em geral, funcionam como colaboradores do controle, do uso e do abuso do poder.

O controle exercido sobre as pessoas abrange seu conhecimento pessoal, social, suas experiências de vida, opiniões, valores, normas, atitudes sociais, ideologias e demais fatores que influenciam e promovem a mudança da “mentalidade das pessoas” (VAN DIJK, 2008, p.20).

Van Dijk (2008) atenta ainda para o fato de que, quando fazemos estudos de organizações, estatais ou grupos de determinadas posições sociais, como a classe de políticos, por exemplo, esbarramos no acesso limitado que se tem a tudo o que ocorre e envolve o topo dessas estruturas, como: reuniões e discussões privadas entre os parlamentares no congresso, planejamentos e quaisquer outros eventos comunicativos que ocorrem no “topo”. Da mesma forma, quando tra-

tamos da mídia, não temos acesso às reuniões editoriais de um jornal ou revista, nem às decisões de seus líderes e diretores.

Já as classes privilegiadas possuem um acesso irrestrito a esses eventos discursivos, participando de suas decisões e da escolha do que será tornado público ou não, facilitando assim, o controle e o abuso do poder. No caso do discurso político, Van Dijk (2008, p.23) coloca que, o “controle do discurso político” influencia a mente das pessoas, e, em última instância, suas ações. A manipulação, doutrinação, sedução ou persuasão que ocorrem nesse processo, dirime a necessidade da coerção imediata.

O controle do poder geralmente ocorre em uma rede de interesses que se articula e envolve mais de um órgão da estrutura social, como vemos em Van Dijk (2008, p.24):

A política e a mídia, sem dúvida, se influenciam mutuamente e controlam uma à outra, ambas sendo por sua vez controladas por interesses comerciais fundamentais, o mercado e o financeiramente viável.

Para reforçar o controle e o poder, políticos utilizam-se de estratégias para preservarem suas imagens, encobrendo suas verdadeiras intenções, a fim de conseguirem manter o controle e a influência sobre as pessoas e suas mentes. Para tanto, buscam controlar os “detalhes discursivos” e interacionais da produção do discurso público, assim como o “*timing*”, os conteúdos detalhados e o estilo de um “*release*”, um relatório ou publicidade empresarial, ou as conversações em entrevistas com jornalistas. Esses são pontos, na análise do discurso, que precisam ser levados em consideração (VAN DIJK, 2008, p.25).

O poder em si se faz necessário nas mais diversas instâncias sociais, no entanto, o que prejudica as pessoas é o abuso do poder e o que se faz dele, usando-o contra os interesses da maioria e, perpetu-

ando, portanto, a reprodução das desigualdades sociais. Para Van Dijk (2008, p.28), a dominação abrange tipos diversos de “abuso de poder comunicativo”, como no caso da “manipulação”, da “doutrinação” ou da “desinformação”.

Segundo Van Dijk (2008, p.32), “podemos falar do uso ilegítimo do poder discursivo, isto é, se esse discurso, ou suas possíveis consequências sistematicamente violam os direitos humanos ou civis das pessoas”.

Fairclough (2001, p.89) discute o termo discurso com base em um Modelo Tridimensional e o considera como “texto, prática discursiva e prática social”. Tomar o discurso como prática social faz do discurso um “modo de ação” pela qual as pessoas agem sobre o mundo, funcionando como modo de representação e significação do mundo, numa relação dialética entre o discurso e a estrutura social. O discurso contribui para a constituição das dimensões da estrutura social, que ao mesmo tempo, o molda e o restringe.

Os três aspectos dos efeitos construtivos dos quais se constitui o discurso, na visão de Fairclough (2001, p.91-92), são: a construção das “identidades sociais” (função identitária da linguagem); a construção das relações entre as pessoas (função relacional) e o sistema de conhecimentos e crenças (função ideacional).

A função do discurso, como prática social, apresenta versões diversas, tais como: ideológica, cultural, política e econômica. O discurso enquanto prática política “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas”. Essas entidades coletivas englobam as classes, grupos, comunidades e blocos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

De acordo com Ramalho (2012, p.157), os textos constituem o principal material empírico para se investigar as conexões que há entre o discurso e a prática social, sendo que a partir de determinado

referencial teórico é possível explicar como o discurso trabalha em função das práticas sociais, tendo-se em vista seus efeitos em “lutas hegemônicas e relações de dominação”.

A análise crítica do discurso considera os textos como partes de eventos específicos, nos quais circulam outros elementos, como: “pessoas, ação/interação, relações sociais, mundo material, além de discurso”. Para tanto, inclui-se na análise discursiva a “interface entre ação, representação e identificação” (RAMALHO, 2012, p. 157-158).

Desse modo, tem-se nos textos e discursos, a possibilidade de se investigar o uso e o abuso de poder que se instauram nas práticas discursivas sociais, esclarecendo-se o controle e a manipulação dirigidas às classes não privilegiadas.

A manipulação encontrada nos discursos da mídia e no discurso político constitui-se como estratégia de abuso de poder social e de controle mental, favorecendo que se mantenham as desigualdades sociais. Como controle mental, ela envolve a influência dos processos de compreensão e contribuem para a formação de modelos mentais tendenciosos e representações sociais e ideológicas. Como formas discursivas, envolvem os discursos ideológicos proferidos pelos políticos (VAN DIJK, 2006).

Os políticos podem exercer seu poder através de seus discursos públicos, nos quais confirmarão e reproduzirão suas formas de poder. Através da persuasão e da manipulação, veiculadas por esse meio, o governo e seus representantes influenciam no conhecimento, nas crenças e nas ações dos destinatários (VAN DIJK, 2006).

Segundo Van Dijk (2006), a manipulação é considerada uma forma de se produzir e reproduzir as desigualdades, já que age em prol dos interesses dos poderosos, prejudicando o interesse de grupos sociais menos favorecidos, como a maior parte da sociedade. A manipulação da mídia, por exemplo, pode aparecer sob a forma de

divulgação de notícia tendenciosa a respeito de certo candidato, omitindo dados para influenciar os votos dos eleitores.

O autor atenta para o fato de que, uma das formas de se detectar e resistir às tentativas de manipulação é ter conhecimento sobre os interesses dos políticos e governantes, bem como conhecer o cenário político, econômico, histórico e social, no qual o discurso está ocorrendo (VAN DIJK, 2006).

Para Wodak (2003), a ideologia é um meio importante pelo qual se estabelece e se mantém as relações de desigualdades de poder. O poder veicula pelas formas linguísticas e expressões utilizadas nos discursos, por meio de metáforas sintáticas ou textuais e por outros recursos linguísticos. Ele não é apenas sinalizado no uso gramatical de um texto, mas igualmente pelo controle que uma pessoa pode exercer sobre uma situação social mediante determinado tipo textual. O tipo textual argumentativo é um exemplo de meio pelo qual se veicula o uso e o abuso do poder.

Breton (2005, p.49) preconiza que a manipulação é um “fenômeno perturbador”, já que age via “dissimulação”. Ela priva o outro de escolha, influencia sua decisão e, muitas vezes, não é percebida enquanto ocorre. Reconhecê-la pode facilitar o processo de não nos tornarmos sua vítima. A manipulação pode ser expressa por meio da desinformação, comum nos meios de comunicação de massa, no discurso político, muitas vezes aparecendo sob a forma de algo generalizado como: “é bom para o País” ou “é necessário a nossa economia”.

Para Breton (2005, p.61), a “desinformação é uma mentira calculada, cujo objetivo é construir uma informação crível, mas totalmente falsa, com o objetivo de fazer com que tomemos uma decisão equivocada”. Ela usa nossa “fraqueza” e “paralisa nossa escuta”.

Breton (2005, p.54) distingue duas formas de manipulação: a “afetiva”, que influencia nossas emoções e a “cognitiva”, sendo que

ambas “jogam com a ambivalência de nossos desejos e com as regiões perturbadas de nosso imaginário para nos desviar da afirmação do nosso ponto de vista”.

O autor afirma ainda que, para não sucumbirmos às manipulações que nos são impostas frequentemente, temos que adotar uma postura ativa, questionadora, observando atentamente o que nos é dito, o que lemos, como o texto foi construído, qual a fonte da informação, qual o autor do discurso e seu contexto de produção (BRETON, 2005).

Desqualificar um adversário político e outros pontos de vista podem funcionar como formas de manipulação, como no exemplo dado por Breton (2005, p.59), ao referir-se à escolha de determinados léxicos, como “nazistas”, “revisionista” ou “colaborador”.

Para compreendermos como a desinformação funciona como forma de manipulação e, portanto, abuso de poder, será feito neste trabalho a análise de três propagandas sobre a reforma da Previdência, publicadas no site do Governo Federal, como segue:

Reforma da Previdência acaba com privilégios

por Governo do Brasil — publicado 17/11/2017 21h25,
última modificação 11/12/2017 16h42

Para construir um Brasil melhor e mais igualitário, País revê as regras para aposentadoria

Os brasileiros não aceitam mais que uma parcela da população pague pelo privilégio de poucos. Para atender a essa demanda da sociedade e promover um País mais justo, o Governo do Brasil propõe uma reforma da Previdência, que busca mais igualdade entre os brasileiros e fazer que políticos, juízes e altos funcionários do serviço público passem a seguir regras semelhantes às dos trabalhadores da iniciativa privada.

Essa reforma não retira direitos, pelo contrário: ela promove igualdade. Com as regras atuais uma grande parcela da população se aposenta com idade avançada e recebe um salário mínimo. Ao mesmo tempo, uma outra par-

cela de brasileiros, menor, trabalha por menos tempo, se aposenta precocemente e recebe altos salários de aposentadoria num sistema que privilegia poucos em detrimento de muitos. Isso tem que mudar.

Investimento público

As normas ainda em vigor geram outras distorções e problemas para o País. Além de criar um grupo de privilegiados, faz a Previdência abocanhar a maior parte do orçamento, impedindo o governo de aumentar os investimentos em educação, segurança, saúde e em outras áreas, também importantes para a vida do brasileiro.

Reformar a Previdência é essencial para o futuro do Brasil e determinante para que o País não sofra o que ocorreu em outros países, como na Grécia, após a crise de 2008. Lá, o valor das aposentadorias teve de ser cortado para evitar o colapso do sistema. Recentes atrasos nos pagamentos de aposentadorias e pensões no Rio de Janeiro são uma demonstração do que pode acontecer no país todo se nada for feito. A reforma proposta pelo governo preserva os direitos dos aposentados e busca equilibrar o sistema antes que seja tarde. O governo age com responsabilidade ao promover uma reforma que assegure as aposentadorias e pensões a todos os seus cidadãos.

Sim, o déficit existe

Sem mudança nas regras, o Brasil corre o risco de entrar em colapso fiscal. Em 2016, o déficit da Previdência atingiu inéditos R\$ 227 bilhões. Isso quer dizer que o total de contribuições não é suficiente para bancar os gastos com aposentados e benefícios previdenciários. Todo esse dinheiro é equivalente a quase dez vezes o que se investe no Bolsa Família; é também mais que o dobro do orçamento do Ministério da Saúde. Para 2017, a previsão é de que esse rombo chegue a R\$ 263 bilhões.

É responsabilidade do Governo do Brasil evitar futuras crises e garantir um País com investimentos em todas as suas áreas estratégicas, como saúde, educação, infraestrutura e segurança. Com gastos de Previdência que avançam como no ritmo atual, em algum momento não haverá mais dinheiro para manter o Brasil em funcionamento, e isso vai além do setor público.

Quando as contas do governo se tornam tão desequilibradas, a iniciativa privada também é contaminada, empregos são perdidos e famílias inteiras ficam sem renda. Não podemos deixar que isso ocorra.

Texto 1. Fonte: Governo do Brasil. **Reforma da Previdência acaba com privilégios.** Brasília, 17 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia/textos/reforma-da-previdencia-acaba-com-privilegios>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

Proteção para quem precisa: confira casos em que as regras continuam iguais

Por Governo do Brasil — publicado 17/11/2017 21h55, última modificação 11/12/2017 16h43

Pessoas que recebem Benefício de Prestação Continuada e quem já se aposentou permanecem nas regras atuais. Trabalhadores rurais também não serão afetados.

A reforma da Previdência não tira direitos dos mais necessitados, pelo contrário, ela garante um sistema mais justo para todos os brasileiros. As regras atuais, com o pagamento de aposentadorias para políticos e para alto funcionalismo público, cria uma classe de privilegiados que se aposentam precocemente e com valores que deixam o sistema insustentável.

A Reforma da Previdência vem para acabar com essa desigualdade e promover um sistema que garanta o pagamento de aposentadorias e pensões de forma mais equilibrada e sustentável. Por um lado, o projeto proposto pelo governo, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados, acaba com privilégios. Por outro, protege as camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade.

Garantias para o trabalhador rural

A reforma tem como um de seus pontos mais essenciais a proteção para quem trabalha na agricultura e na pecuária. Para eles, todos os direitos serão mantidos. Na prática, tudo deve permanecer igual: para se aposentar, o trabalhador rural, quando chegar aos 55 anos (mulher) ou 60 anos (homem), deve comprovar, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o trabalho no campo por pelo menos 15 anos. Declarações do sindicato de trabalhadores rurais, declaração de beneficiário da reforma agrária emitida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) ou notas de venda de produtos agrícolas podem servir como documentos comprobatórios.

Responsabilidade social

Pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo ao idoso, no campo ou na cidade, e a pessoas com deficiência de baixa renda, também permanecem sob as regras atuais. Para eles, nada muda.

Direito adquirido

Aqueles que já se aposentaram ou, de acordo com as regras atuais, já cumpriram os requisitos para se aposentar não terão nenhum direito revogado ou retirado. Com a reforma da Previdência, o sistema, além de acabar com benesses injustas, protege quem mais precisa.

Texto 2. Fonte: Governo do Brasil. **Proteção para quem**

precisa: confira casos em que as regras continuam iguais. Brasília, 17 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia/textos/confira-os-casos-em-que-as-regras-para-aposentar-continuam-iguais>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

Regras de idade mínima serão totalmente aplicadas apenas em 20 anos

Por Governo do Brasil — publicado 17/11/2017 21h25, última modificação 11/12/2017 16h42

Texto da Reforma da Previdência impede que qualquer benefício seja pago abaixo do salário mínimo

O Brasil não pode mais adiar a reforma da Previdência. Sem ela, fica ameaçado o bem-estar de milhões de brasileiros, principalmente dos que mais precisam dos serviços públicos de saúde, educação e segurança. Não mudar as regras é aceitar um futuro de crise, com um poder público incapaz de honrar seus compromissos mais básicos, como salários de servidores e aposentadorias. O governo do Brasil, quando propõe uma mudança nas regras, trabalha para evitar que famílias de todos os estados tenham de passar pelo que tem ocorrido no Rio de Janeiro. As novas regras não retiram direitos, elas criam um sistema mais justo para todos os brasileiros, ajudam a organizar o País para que possamos evitar crises e todos os efeitos que acompanham os períodos de instabilidade, como queda de investimentos, desemprego e problemas que podem travar o setor produtivo. Reformar é uma forma de garantir que o privilégio de poucos não destrua o futuro de todos.

A reforma vai alterar as coisas aos poucos. Foi criada uma regra de transição para que todos possam se adaptar as mudanças. Somente daqui 20 anos a idade mínima para se aposentar será de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens. A reforma da Previdência combate privilégios, evita que algumas pessoas trabalhem pouco, ganhem muito e se aposentem cedo.

Como fica a idade mínima

Pelo novo texto da Reforma da Previdência, em discussão no Congresso Nacional, fica estabelecida uma idade mínima de aposentadoria: 65 anos para os homens, e 62 anos para as mulheres. Mas, para se aposentar não basta atingir a idade mínima. É necessário contribuir por, no mínimo, 15 anos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse tempo mínimo de contribuição é o mesmo que está em vigor atualmente.

Se cumprir essas regras, o trabalhador já terá direito a

60% do salário de contribuição. Caso continue a trabalhar, ele terá ganhos graduais até atingir o teto da aposentadoria, que hoje é de R\$ 5.531,31. A cada ano adicional entre os 16 e 25 anos de contribuição, será acrescentado 1 ponto percentual sobre a média dos salários; 1,5 ponto percentual a cada ano entre os 26 e 30 anos de contribuição; 2 pontos percentuais ao ano entre os 31 e 35 anos de contribuição; e 2,5 pontos percentuais a partir dos 36 anos de contribuição.

Com essa regra, um trabalhador que se aposentar após contribuir por 16 anos, receberá de aposentadoria 61% do salário de contribuição. Outro que contribuir por 30 anos, receberá 76,5%. Quem contribuir por 42 anos, terá direito à aposentadoria integral. As regras de transição continuam as mesmas. Entram na regra de transição homens com, no mínimo, 55 anos de idade, e mulheres a partir dos 53.

Transição

A partir de 2020, o limite de idade irá subir gradualmente. A cada dois anos, a idade mínima vai avançar 12 meses. Essa evolução será mantida até chegar aos 65 anos. Para segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), trabalhadores regidos pela CLT haverá um acréscimo de 30% para o tempo que faltar para essas pessoas se aposentarem, uma espécie de pedágio. No caso dos homens, esse pedágio será cobrado sobre o que falta para cumprir 35 anos de contribuição. Já para as mulheres, esse acréscimo valerá sobre o que falta para completar 30 anos de contribuição.

Texto 3. Fonte: Governo do Brasil. **Regras de idade mínima serão totalmente aplicadas apenas em 20 anos.** Brasília, 17 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia/textos/regras-de-idade-minima-serao-totalmente-aplicadas- apenas-em-20-anos>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

A análise comparativa dos três textos permite observar que os argumentos para a aprovação da Reforma da Previdência são reiterados enfaticamente, com estratégias argumentativas semelhantes em diferentes construções sintáticas. Os argumentos perpassam a ideia de combate ao privilégio de poucos, ao se construir um Brasil mais igualitário, acabando com as desigualdades e garantindo um sistema mais justo, equilibrado da Previdência, como o que se denota em vários trechos dos três textos:

Texto 1: “Reforma da Previdência acaba com privilégios” (títu-

lo); “Para construir um Brasil melhor e mais igualitário” (subtítulo); “promover um país mais justo”; “Reforma da Previdência, que busca mais igualdade entre os brasileiros”; “ela promove igualdade” e “busca equilibrar o sistema”.

Texto 2: “ela garante um sistema mais justo para todos os brasileiros”; “acaba com privilégios”; “a Reforma da Previdência vem para acabar com essa desigualdade” e

“acabar com as benesses injustas”.

Texto 3: “as novas regras (...) criam um sistema mais justo para todos os brasileiros”; “garantir que o privilégio de poucos não destrua o futuro de todos”; “combate privilégios” e “evita que algumas pessoas trabalhem pouco, ganhem muito e se aposentem cedo”.

Nos textos 1 e 2, o chamado “grupo de privilegiados”, também nomeado como “a minoria que é privilegiada”, é uma referência textual que se faz aos políticos, aos juízes e aos altos funcionários do serviço público, como se observa em:

Os brasileiros não aceitam que uma parcela da população pague pelo privilégio de poucos. (...) para promover um País mais justo, o Governo do Brasil propõe uma reforma da Previdência, que busca mais igualdade entre os brasileiros e fazer que políticos, juízes e altos funcionários do serviço público passem a seguir regras semelhantes às dos trabalhadores da iniciativa privada.

Texto 1. Fonte: Governo do Brasil. **Reforma da Previdência acaba com privilégios**. 17 nov 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia/textos/reforma-da-previdencia-acaba-com-privilegios>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

Observa-se ainda no texto 2: “As regras atuais, com o pagamento de aposentadorias para políticos e para o alto funcionalismo público, cria uma classe de privilegiados que se aposentam precocemente e com valores que deixam o sistema insustentável”.

Tais construções sintáticas funcionam no texto como estraté-

gias argumentativas e utilizam-se de um apelo que fala diretamente com o interesse da sociedade, já que em geral as pessoas consideram que os políticos são “privilegiados” e têm muitos benefícios em seu favor.

Analisando o contexto, tem-se aqui um exemplo de manipulação do discurso e abuso de poder. A categoria de militares não é citada nos textos em estudo, no entanto, configuram como “privilegiados”, nos termos do governo, porém não entrarão na reforma proposta, contradizendo o discurso de que a Reforma é para “combater privilégios”. Tem-se uma “promessa” de cumprimento de igualdade que se faz somente no discurso, já que na prática há muitos fatores a se considerar, no que se pode chamar de “igualdade” de direitos, conquanto os políticos possuem condições de trabalho bem mais favoráveis do que as pessoas na sociedade, como: os benefícios que recebem; a disponibilidade de verba pública para regalias particulares ou regalias em nome do cargo/função; a carga horária diária e a flexibilidade para faltas; sua remuneração elevada; seus períodos de férias e recessos, dentre outros, os quais continuarão sendo fontes de intensas desigualdades sociais, já que a sociedade não goza das mesmas regalias e condições benéficas em seus empregos / trabalhos.

Outros argumentos usados para a Reforma perpassam a ameaça de que, se a reforma não for feita o Brasil terá sérias consequências, como não investimentos em outros setores como: saúde, educação e segurança, além de crises futuras e do “colapso fiscal”, como denotado no texto 1 em: “Reformar a Previdência é essencial para o futuro do Brasil e determinante para que o país não sofra o que ocorreu em outros países, como na Grécia, após a crise de 2008”; e no texto 3 em: “O Brasil não pode mais adiar a reforma da Previdência. Sem ela, fica ameaçado o bem-estar de milhões de brasileiros, principalmente dos que mais precisam dos serviços públicos de saúde, edu-

cação e segurança.”; “promover uma reforma que assegure as aposentadorias e pensões a todos os seus cidadãos.”; “O Governo do Brasil, quando propõe uma mudança nas regras, trabalha para evitar que famílias de todos os estados tenham de passar pelo que tem ocorrido no Rio de Janeiro.”.

Tem-se nesses enunciados, exemplos de como a manipulação pode ser feita por intimidação, ameaçando a perda de valores, como preconizado por Barros (2013, p.74). Assim, é atribuída à condição de se aprovar ou não a reforma, respectivamente, a melhora ou piora dos serviços públicos e da qualidade de vida dos brasileiros, tomando-se como parâmetros dados parciais e comparações incongruentes e reduzidas a um único fator, anulando-se o contexto geral e as causas reais e legítimas da atual situação ruim das prestações de serviços públicos e da crise do Rio de Janeiro e da Grécia, citados como exemplos de caos, a que poderemos estar submetidos, caso a Previdência não seja reformada, tal como na proposta atual do governo.

O governo, nessa estratégia argumentativa, mostra uma visão imparcial, tomando um recorte que lhe interessa para conseguir a adesão do público às suas ideias, perfazendo a desinformação e a manipulação, como no caso da Educação e da Segurança, por não terem seus recursos retirados do orçamento da Seguridade Social e sim de outros orçamentos. A desinformação igualmente ocorre ao se omitir que a crise atual do Rio de Janeiro se faz em meio a um contexto de intenso ato de corrupção, de prisão de seus ex-governadores e de outros representantes do Estado, conforme notícias frequentes nos jornais brasileiros. A crise do Rio vem de um longo percurso histórico, acirrado por desvios intensos de verbas em obras públicas, de obras superfaturadas nas Olimpíadas 2016 e da má gestão e administração de seus representantes anteriores e atuais. Vários artigos, facilmente encontrados na internet, falam a respeito de tal contexto.

Como afirma Breton (2005), a desinformação é uma forma de manipulação e abuso de poder, e a propaganda da reforma do site do governo, remete a textos em que se predomina a desinformação, já que toma um recorte parcial da situação, como estratégia argumentativa a favor da Reforma.

A Grécia, tem sua crise instaurada em um processo histórico de gastos contínuos além de suas possibilidades, que foram sendo cobertos por longo período com dinheiro emprestado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo resto da Europa, para se manter, chegando a impossibilidade de se manter tal ajuda, o que levou o país a atual crise, de acordo com o Portal EBC, em notícia veiculada em 16 de julho de 2015.

Tem-se dos dois exemplos, que a crise estabelecida no Rio de Janeiro e na Grécia decorre de uma rede de fatores associados e inseridos em um processo histórico que perdura por muito tempo, portanto, não são os melhores exemplos para justificar uma reforma da Previdência, já que ela sozinha, não os levaria a tal crise, como também, em seu oposto, não os “salvaria” de tamanha falência.

Do mesmo modo, a crise atual do Brasil, não tem a Previdência como sua pivô, mas sim, tem sua gama de fatores combinados e não tratados pelo governo, conquanto tem-se a corrupção, os desvios de verbas públicas, gastos de dinheiro público com propagandas do governo, como os milhões que se gastam com as propagandas da reforma da Previdência, em meio a uma intensa crise que vivemos hoje, como testemunha a matéria publicada pela Folha de S. Paulo, no site UOL, com o título: “Congresso autoriza repasse de R\$ 99 milhões para publicidade da reforma da Previdência”, publicada em 22 de novembro de 2017, pela jornalista Talita Fernandes.

Como preconiza Wodak (2003), o poder veicula pelas expressões utilizadas no discurso e também pelo controle que uma pessoa

exerce sobre uma situação social mediante determinado tipo textual. Assim, responsabilizar a crise atual e futura a não aprovação da reforma, omitindo outros fatores que competem de forma mais acirrada para a situação de crise do país, é uma forma de exercer o abuso do poder e de manipular a opinião pública, a fim de se conseguir a aprovação de tal reforma, considerada pela maioria como medida impopular.

Outras estratégias argumentativas, para convencer o leitor a apoiar a reforma da Previdência, perpassam pela garantia de que a reforma “não tira direito dos mais necessitados” (texto 2), mas sim protege o trabalhador a partir de um sistema mais justo, e isso é repetido nos textos dados como exemplos:

Essa reforma não retira direitos” (texto 1); “protege as camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade” (texto 2) e “As novas regras não retiram direitos” (texto 3).

Observa-se que a definição do governo explícita no texto como “mais necessitados”, faz referência à classe de trabalhadores rurais e aos idosos ou deficientes de baixa renda, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BCP). No texto 2, é enfatizado quanto a esses: “Trabalhadores rurais também não serão afetados”, “para eles, nada muda”; “Para eles, todos os direitos serão mantidos”. Porquanto, subentende-se que o restante, “será afetado” e não é considerado, pelo discurso do governo, como “mais necessitados”.

E o que podemos dizer do restante da população de baixa renda, que não tem acesso à boa educação, à moradia, ao emprego formal e que vive na miséria, sem condições e recursos disponíveis para sair do ciclo da pobreza? E o que dizer do fato de que a maioria dos idosos não gozam de boa saúde, de que há aumento de doenças crônicas e até incapacitantes nessa população, que os pode impedir de trabalhar até a idade predita na reforma? O que dizer do mercado de

trabalho que já está saturado e que, culturalmente, considera pessoas acima de 45 anos aproximadamente, como “velhos” para o mercado? Como preconiza Van Dijk (2008), os que detêm o poder buscam controlar os “detalhes discursivos” e interacionais da produção do discurso público para exercerem o controle e o abuso do poder comunicativo, manipulando, dominando e desinformando.

O discurso do governo, segundo os textos apresentados, dissemina um déficit crescente na Previdência, o que de acordo com dados da auditoria feita pela ANFIP – Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal do Brasil, em notícia veiculada no jornal CartaCapital em 2016, não corresponde à realidade, sendo portanto, uma forma de manipulação e de apelo para se conseguir a aprovação da reforma. Para a ANFIP, o déficit apresentado é “artificial” e “manipulado”, já que não entram neste cálculo as receitas que se constituem de impostos como: CSLL, COFINS, concursos de prognósticos e outros, destinados à Seguridade Social, da qual o sistema da Previdência faz parte (MANO, 2016).

Outro artigo do CartaCapital, feito por Drummond em 2016, cita a mesma manipulação dos dados e afirma que o governo ignora a Constituição, já que não soma todos os recursos da Seguridade Social e deturpa o entendimento global da situação da Previdência. Diversos estudos feitos por especialistas no assunto, citados nessa mesma notícia, demonstram o interesse do governo em usar os recursos da Previdência para outros fins, como o pagamento da dívida pública. Esses dados configuram como exemplo de manipulação, via desinformação e como estratégias argumentativas que visam a preservar os direitos dos que detêm o poder em detrimento dos direitos da população.

Considerações Finais

A proposta de reforma da Previdência leva em conta somente

um lado da questão, o do interesse do governo e de seus representantes, considerada em uma perspectiva restrita, que não discute, em momento algum, o outro lado da moeda, que são o lado da população e as condições do mercado, além de mascarar um *superávit* do sistema da Previdência, como se observa ao se comparar o que se promulga nas propagandas do governo e nos estudos de especialistas no assunto.

Por fim, pode-se entender que a propaganda do governo utiliza-se de um jogo de poder, em que veicula o abuso do poder, já que desinforma, manipula as informações e impossibilita a população de criar opiniões que fujam da ideologia veiculada, uma vez que distorce a realidade e omite os motivos das crises, generalizando-as e não identificando suas reais origens e fatores.

A proposta do governo impõe um modelo de reforma tida como impopular, não discutida com a sociedade, e ainda, na propaganda, é dita em nome da sociedade, já que a coloca como a solicitante de tal mudança, quando afirma no texto 1: “para atender a essa demanda sociedade e promover um país mais justo (...)”. No entanto, em momento algum, a sociedade foi convidada a oferecer alternativas para tal reforma, então o que é considerado como “justo”, é apenas o entendimento que os representantes do poder político fazem de tal conceito.

A propaganda faz ainda prometer um país mais justo, mais igualitário, com melhores serviços públicos e com a garantia de pagamentos de aposentadorias, como a mola propulsora para se evitar crises futuras e, assim, “salvar o país”. No entanto, o que se vê é que, ainda que os privilégios sejam para poucos: “políticos, juízes e funcionários do alto funcionalismo público”, como descrito nas propagandas do governo, a conta está sendo paga, mais uma vez, por todos os trabalhadores, e não somente pelos próprios privilegiados, já que a solu-

ção encontrada de “acabar com privilégios” é uma reforma previdenciária que afetará, com poucas exceções, a sociedade como um todo.

Referências

BARROS, D.P. Política e Intolerância. In: FULANETI, O. N.; BUENO, A.M. (orgs.). **Linguagem e Política 1: princípios teórico-discursivos**. São Paulo: Contexto, 2013, p.71-92.

BRETON, P. Libertar-se de uma tentativa de manipulação. In: BRETON, P. **Argumentar em situações difíceis**: o que fazer diante de um público hostil, de comentários racistas, de assédios, de manipulação, de agressão física e de violência sob qualquer de suas formas. Barueri: Malone, 2005, p. 49-65.

CHAUÍ, M. A vida Política. In: CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000, p.474 – 489.

CITELLI, A. **Linguagem e Persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.

DRUMMOND, C. Manipulações e desrespeito à Constituição ocultam saldos positivos da Previdência. **CartaCapital**, São Paulo, 06 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/904/o-deficit-e-miragem>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coordenação de Tradução, Revisão técnica e prefácio à edição brasileira de Izabel Magalhães, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, T. Congresso autoriza repasse de R\$ 99 milhões para publicidade da reforma da Previdência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1937464-congresso-autoriza-repasse-de-r-99-milhoes-para-publicidade-da-reforma-da-previdencia.shtml>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

FIORIN, J. L. A Sacralização da Política. In: FULANETI, O.N.; BUENO,

A.M. (orgs.). *Linguagem e Política 1: princípios teórico-discursivos*. São Paulo: Contexto, 2013, p.21-38.

GOVERNO DO BRASIL. *Reforma da Previdência acaba com privilégios*. 17 nov 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/reforma-daprevidencia/textos/reforma-da-previdencia-acaba-com-privilegios>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. *Proteção para quem precisa: confira casos em que as regras continuam iguais*. Brasília, 17 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia/textos/confira-os-casos-em-que-as-regras-para-aposentar-continuam-iguais>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. *Regras de idade mínima serão totalmente aplicadas apenas em 20 anos*. Brasília, 17 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia/textos/regras-de-idade-minima-serao-totalmente-aplicadas-apenas-em-20-anos>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MANO, M. A Previdência é sustentável, mas seus recursos estão em disputa. *Carta Capital*, São Paulo, 24 out. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-previdencia-e-sustentavel-mas-seus-recursos-estao-em-disputa>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

PORTAL EBC. Entenda a crise na Grécia. Disponível em: *Portal EBC*, TV Brasil, Internacional, 16 jul. 2015. <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/07/entenda-crise-na-grecia>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

RAMALHO, V. Gêneros Discursivos e Ideologia: elementos para estudos críticos. In: MELO, I. F. (org.). *Introdução aos Estudos Críticos do Discurso: Teoria e Prática*. Campinas: Pontes Editores, 2012, p.139-187.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. Organização de Judith Hoffagne e

Karina Falcone, São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Discourse and manipulation. In: ***Discourse & Society***. Vol. 17(2), London: Sage Publication, 2006, p. 359-383. Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldArticles/Discourse%20and%20manipulation.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

_____. Politics, ideology and discourse. In: ***Elsevier Encyclopedia of Language and Linguistics***. Vol. On Politics and Language, Amsterdam: Ruth Wodak Editor, 2005, p.728-740.

WODAK, R.; MEYER, M. (orgs.). ***Métodos de análisis crítico del discurso***. Tradução: Tomás Fernandez Auz e Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

Enviado em: 01/03/2018

Aceito em: 12/03/2019